

A Precarização do Trabalho Docente Intensificada no Contexto Pandêmico: Relato de Experiência

The Precariousness of Teaching Work Intensified in the Pandemic Context: Experience Report

Cristiane Alves Viana¹ e Maridelma Laperuta Martins²

1. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino da UNIOESTE. Pedagoga da rede pública estadual de ensino do Paraná e professora do Ensino Fundamental da rede pública municipal de ensino de Foz do Iguaçu/PR. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0155-7997>.

2. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp-CAR. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino da UNIOESTE. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5653-7868>.

cristiane.viana@escola.pr.gov.br e chomsky1928@yahoo.com.br

Palavras-chave

Ensino remoto
Mercantilização do ensino
Trabalho docente

Keywords

Remote teaching
Commodification of education
Teaching work

Resumo:

O presente artigo consiste em um relato de experiência baseado na atuação docente durante o ensino remoto, bem como nas leituras, reflexões e discussões fomentadas na disciplina de Práticas de Ensino e Qualificação Docente, do Mestrado em Ensino da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, acerca da intensificação da precarização do trabalho docente com a pandemia, em especial na rede pública estadual de ensino do Paraná. Com o objetivo de compartilhar e promover novas reflexões sobre a temática, será apresentado ao longo deste trabalho como o contexto pandêmico foi utilizado para justificar reformas trabalhistas, para mercantilizar a educação e implantar a ótica empresarial na gestão das escolas públicas. Os apontamentos realizados contemplam também a sobrecarga de trabalho dos professores, a exclusão digital dos alunos e a falta de recursos adequados nas escolas, fatores que contribuíram para a desvalorização da educação pública.

Abstract:

This article consists of an experience report based on teaching performance during remote teaching, as well as in readings, reflections and discussions instigate in the discipline of Teaching Practices and Teacher Qualification, from the Master's in Teaching at Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, about the intensification of the precariousness of teaching work with the pandemic, in particular in the state public education network of Paraná. In order to share and promote new reflections on the subject, it will be presented throughout this work with the pandemic context was used to justify labor reforms, to commodify education and implement a business perspective in the management of public schools. The notes made also include the overload of teachers' work, the digital exclusion of students and the lack of adequate means in schools, factors that contributed to the devaluation of public education.

Artigo recebido em: 02.04.2022.

Aprovado para publicação em: 06.10.2022.

INTRODUÇÃO

Há tempos os professores vêm sendo atacados com imposição de situações precárias de trabalho como estratégia para frear a socialização do conhecimento e manter a alienação social. De acordo com Saviani (2011, p. 66-67) “o saber produzido socialmente é uma força produtiva, é um meio de produção” e por isso a tendência da sociedade capitalista “é torná-lo propriedade exclusiva da classe dominante”.

Nessa perspectiva, professores valorizados e com condições adequadas de trabalho constituem uma ameaça a alienação imposta pelo capital, ao passo que podem proporcionar aos alunos o acesso ao maior bem da sociedade: o conhecimento.

É neste sentido, que este trabalho apresenta um relato de experiência, que aliou a prática, enquanto docente que vivenciou o ensino remoto no chão de uma escola da rede pública estadual paranaense, à teoria, enquanto discente do programa de pós-graduação em ensino da UNIOESTE, buscando compartilhar e promover reflexões sobre a intensificação da precarização do trabalho docente com a pandemia da Covid-19 e como esta condição impede o desenvolvimento de uma educação escolar qualitativa e emancipadora.

Ao longo do texto serão apontados alguns dos diversos ataques sofridos pelos professores, que são vistos como ameaças à hegemonia da classe dominante. Os ataques vão desde a falta de condições materiais adequadas para realização do trabalho pedagógico até reformas administrativas que dissipam direitos trabalhistas conquistados com muita luta.

Nesse intuito, discorre-se sobre a Reforma Administrativa PEC 32, sobre a precarização do trabalho docente que vem se intensificando com a pandemia e sobre como o cenário pandêmico vem servindo de justificativa aos governos para colocar a educação como mercadoria servindo aos interesses privatistas.

Dessa forma, o ensino remoto configurou-se como a oportunidade perfeita para se concretizar planos neoliberais que há tempos vinham sendo pensados para a educação. Como os professores constituem-se em obstáculos a estes planos, atacá-los precarizando ainda mais seu trabalho é um meio de continuar tecendo a alienação dos filhos da classe trabalhadora e manter a hegemonia da classe dominante.

A PRECARIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE ALIENAÇÃO

Nos últimos anos os professores vêm sofrendo diversos ataques orquestrados pela classe dominante como estratégias para frear a socialização do conhecimento e consequentemente manter a classe trabalhadora sob domínio.

Um dos ataques que podemos citar é a Reforma Administrativa PEC 32/2020, que representa a perda de direitos dos servidores públicos que foram adquiridos com muita luta ao longo do tempo, como a estabilidade, as promoções e progressões funcionais, a licença para capacitação, concursos públicos, entre outros.

A PEC 32 traz para a administração pública o modelo de administração do setor privado. Embora essa reforma ainda esteja em trâmites de votação, no Paraná já podemos sentir a administração de cunho empresarial que vem imperando na rede pública estadual de ensino, com o incentivo à competitividade, imposição de metas quantitativas, ameaças de destituição de cargo aos gestores escolares que não atingem as metas, fiscalização do trabalho pedagógico por meio de tutorias e relatórios periódicos que devem ser enviados aos Núcleos Regionais de Educação, imposição aos gestores escolares de uma carga horária de observação do trabalho docente em sala de aula com preenchimento de planilhas avaliativas.

As cobranças são inúmeras, mas as condições para que os professores, os gestores, a equipe pedagógica e administrativa possam desempenhar seu trabalho são precárias. São situações que vão desde a falta de recursos materiais, falta de investimentos na infraestrutura escolar, diminuição do efetivo de funcionários, terceirizações, congelamento de salários, enfim, cobra-se um trabalho eficiente sem dar as condições para que este trabalho aconteça.

Com a implantação do ensino remoto como medida de prevenção frente a contaminação pelo Novo Coronavírus, a precarização do trabalho docente intensificou-se ainda mais, sendo uma das determinações que

envolve este modelo de ensino. Galvão e Saviani (2021, p. 38) apontam que o ensino remoto traz “os interesses privatistas colocados para educação como mercadoria, a exclusão tecnológica, a ausência de democracia nos processos decisórios para adoção desse modelo, a precarização e intensificação do trabalho para docentes e demais servidores das instituições”.

Nessa perspectiva, além da precariedade para realizar o trabalho que há muito os professores já vinham enfrentando, em especial os professores das escolas públicas, com o ensino remoto também passamos a uma rotina de intensificação de trabalho, realizando várias tarefas ao mesmo tempo e com atendimento integral aos alunos e pais, sem dia nem hora para descanso.

Relevante destacar também que esse processo açodado de implementação do ensino remoto contribui para a intensificação do adoecimento docente. Pois, além da pressão e vigilância impostas que podem se configurar em assédio, o uso constante das tecnologias, com as quais nem todos são familiarizados, amplia as possibilidades de adoecimento físico e mental. A elevação da carga de trabalho se dá, ainda, em condições subjetivas desfavoráveis, uma vez que muitas e muitos docentes têm que lidar com o teletrabalho em meio a afazeres domésticos e demandas familiares (INFORMANDES, 2020, p. 12 apud GALVÃO; SAVIANI, 2021, p. 42).

Assim o ensino remoto permitiu o cumprimento do calendário escolar, contudo:

[...] o que se observou de maneira geral foi que as condições mínimas não foram preenchidas para a grande maioria dos alunos e também para uma parcela significativa dos professores, que, no mais das vezes, acabaram arcando com os custos e prejuízos de saúde física e mental decorrentes da intensificação e precarização do trabalho (GALVÃO; SAVIANI, 2021, p. 38).

Dessa forma, este modelo de ensino contribuiu para reforçar a desvalorização da educação e do trabalho docente, desvelando um plano de governo voltado ao interesse do capital que vê a educação como mercadoria e os professores como um obstáculo a essa mercantilização.

Silva (2020, p. 588) destaca que “a crise atual não trouxe grandes novidades para o mundo do trabalho, apenas aprofundou aceleradamente processos em curso na lógica do capital, escancarando a precarização e a perda de direitos”.

Neste viés mercantilista temos o avanço das privatizações, a redução dos investimentos e a busca por lucros, tornando a educação um campo vasto e de fácil acesso à serviço de empresas privadas pertencentes a classe dominante, nessa perspectiva, o discurso de excepcionalidade que permeou o ensino remoto vem permitindo que os interesses do capitalismo reinem na educação.

A substituição do ensino presencial pela Educação a distância (EaD) é algo que vem sendo planejado há tempos, começando pelo ensino superior e que agora com a pandemia ganhou forças para ser implantado também na educação básica. A pressa dos governos em colocar em prática o ensino remoto pautou-se no ditado popular de que tempo é dinheiro, dessa forma na ótica capitalista é preciso aproveitar o mais rápido possível a vulnerabilidade social causada pela pandemia para inserir na educação os pacotes tecnológicos digitais das empresas privadas, pois essa inserção é sinônimo de lucro.

Segundo Malanchen (2020, p. 17-18):

[...] o discurso falacioso para garantir a carga horária de 800 horas via EaD, não representa a educação de qualidade que defendemos para a escola pública, mas amplia consequentemente a precarização da formação dos estudantes e do trabalho do professor, além de favo-

recer o comércio das TDIC, corroborando com os interesses privatistas do setor empresarial na educação.

Atendendo aos interesses privatistas do setor empresarial, na rede pública estadual de ensino do Paraná, assim como em demais localidades do nosso país, o ensino remoto fomentou o comércio das TDIC – Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, e rendeu parcerias do governo com a iniciativa privada que forneceu como ferramentas de ensino as plataformas digitais, canais de TV, aplicativos, etc. Essas parcerias além de custar caro para os cofres públicos têm sua efetividade contestada, como exemplo podemos citar o contrato com a TV Record para transmissão das aulas aos alunos da rede pública estadual de ensino do Paraná por meio de três canais digitais da rede de televisão aberta, que até agosto de 2021 já tinha custado 8,1 milhões de reais (GALINDO, 2021), investimento praticamente perdido pois o sinal dessa emissora não chegava em 114 dos 399 municípios que compõem o estado, e embora os demais municípios tivessem acesso ao sinal é preciso considerar que os aparelhos televisores obsoletos presentes nas casas de muitos alunos não permitiram acessar este canal.

Outras situações que se alavancaram com o ensino remoto é a docência “uberizada” e a “youtuberização” (SILVA, 2020), que se configuram como novas formas de trabalho docente ainda mais precarizadas.

A docência “uberizada” é uma nova forma de trabalho que vem fazendo parte da realidade de:

[...] professores e professoras sem vínculo efetivo, que atuam nas redes de ensino públicas estaduais e municipais, que são totalmente desprovidos de direitos e vivem sob condições de instabilidade cotidiana dentro do espaço público, dada pelo trabalho temporário, eventual, contratos de tempo parcial, por hora, entre outros (SILVA, 2020, p. 589).

Este tipo de configuração trabalhista já faz parte do estado de São Paulo, com professores cujo papel é:

[...] manter as turmas, realizando atividades previstas num plano de substituição de aulas de outros professores, os quais por algum motivo não puderam lecionar, configurando-se como uma força de trabalho pronta para ser utilizada na exata medida pelo Estado. Eles só são chamados quando há trabalho, recebem por hora-aula ministrada e não sabem quanto vão ganhar no final do mês. Como são remunerados mediante aulas dadas, se não há oportunidade de lecionar ficam sem renda, esta que, quando existe, dificilmente atinge o piso salarial da categoria (SOUZA, 2012; SILVA, 2018 apud SILVA, 2020, p. 592).

No Paraná ainda não se aderiu integralmente a “uberização” docente, mas nem por isso o trabalho destes profissionais está isento da precarização.

O último concurso público para professores realizado no Paraná foi no ano de 2013, os professores aprovados dentro do número de vagas constantes no edital foram chamados a assumir o cargo, mas não foi suficiente para compor o efetivo necessário, assim até 2020 era aberto anualmente inscrições para professores através de Processo Seletivo Simplificado (PSS), organizado diretamente pela Secretaria Estadual de Educação (SEED) para suprir a demanda de profissionais de forma temporária, estes professores eram contratados com salário inferior ao dos professores concursados e não tinham direito a promoções e progressões salariais. Além de professores, o PSS também era destinado à inscrição e contratação de profissionais para trabalhar na limpeza, na merenda e nos setores administrativos das escolas.

No ano de 2021 este modelo de contratação de professores que já era precário, foi substituído por um novo formato de processo seletivo organizado por uma instituição privada, que exigiu do trabalhador o pagamento de uma taxa de inscrição, que no modelo antigo não existia. Além disso, os professores foram submetidos a uma prova que foi realizada presencialmente no auge da pandemia da Covid-19, contrariando a reco-

mendação sanitária de isolamento social e ferindo o direito dos profissionais de se protegerem contra o vírus. Para os profissionais da limpeza, merenda e setor administrativo restou a terceirização, que trouxe além da instabilidade já vivenciada, a drástica redução dos salários.

Nessa perspectiva, em meio às turbulências geradas pela pandemia, vem se concretizando um plano de governo pautado no neoliberalismo, que se aproveita de um momento de fragilidade e instabilidade social para justificar a exploração e o controle dos trabalhadores.

Ainda justificada pelo contexto pandêmico temos a “youtuberização”, que se configura como a inserção abrupta dos professores em “novas dinâmicas de trabalhos virtuais, a distância, trazendo profundas mudanças ao seu ofício que passou a ter como ferramentas imprescindíveis os computadores, os smartphones e a rede web” (SILVA, 2020, p. 597).

Nessa perspectiva, a “uberização” aliada a “youtuberização” vem resultando no adoecimento docente, pois além da insegurança gerada pela falta de estabilidade, baixos salários e ausência de direitos trabalhistas, os professores vêm enfrentando a necessidade de se adequar à nova normalidade na qual é preciso dominar as tecnologias digitais e custear seus instrumentos de trabalho.

É preciso considerar que muitos docentes não possuem familiaridade com as plataformas virtuais de ensino, ou seja, ainda precisam aprender a lidar com essa tecnologia. A falta de preparo para usar ferramentas de ensino remoto pode gerar muita angústia nos professores num processo que combina a pressão advinda do trabalho com os níveis de ansiedade e de pressão que crescem nas condições de isolamento (SILVA, 2020, p. 600).

Na rede pública estadual de ensino do Paraná em menos de um mês os professores se viram obrigatoriamente imersos na “youtuberização”. As aulas presenciais foram suspensas em março de 2020 e em abril já tínhamos o ensino remoto a todo vapor, com o secretário de educação investindo em um marketing de que as escolas da rede estavam se igualando ao padrão finlandês de educação, como se firmar contratos com empresas de plataformas digitais e televisivas fosse suficiente para garantir a continuidade do processo ensino-aprendizagem em meio a pandemia.

O governo ignorou que parte considerável dos alunos não tinha acesso aos recursos tecnológicos, que sequer sabiam lidar com as tecnologias. Ignorou que os professores não foram preparados para ministrar suas aulas de forma online. Ignorou que as escolas não têm equipamentos adequados para o trabalho remoto. Enfim, ancorado em um discurso falacioso ignorou a realidade das escolas públicas.

Para subsidiar o discurso de que a educação paranaense estava em um alto padrão de qualidade, foram promovidas formações continuadas para os professores, visando capacitá-los ao novo cenário que se instaurou com o ensino remoto. Contudo, as formações chegaram um tanto quanto tarde, quando arduamente os professores já haviam buscado aprender sozinhos ou com seus pares a manusear as ferramentas digitais.

Além de chegar tardiamente, as formações continuadas foram colocadas como uma imposição aos professores, assim a cada etapa de formação aberta os gestores eram pressionados a cobrar dos professores que realizassem a inscrição. Os professores contratados, com receio de não terem seus contratos renovados acabavam se inscrevendo nas formações, que na maioria das vezes acontecia fora do horário de trabalho ou nos finais de semana, pois a hora atividade dos professores raramente é concentrada o que impede que possam se dedicar a uma atividade de formação.

Outra questão que merece ser destacada sobre a formação continuada é que os gestores e pedagogos também precisavam participar de cursos de capacitação, reuniões, palestras, etc. Estes momentos de formação antes da pandemia eram realizados presencialmente em um local preparado para tal, mas com a advento

das Meets passaram a acontecer online, dessa forma, ao mesmo tempo que estavam conectados em uma formação estavam atendendo presencialmente os alunos, os pais e os professores. Sem contar que raramente as escolas dispõem de equipamentos adequados para conectar as formações, forçando os educadores a disporem de seus próprios equipamentos.

Nessa perspectiva, como se já não bastasse a formação inicial precária que muitos professores tiveram, a precariedade se perpetuou nas formações continuadas realizadas no contexto pandêmico. De acordo com Malanchen (2020, p. 26):

[...] se não for possibilitado a formação continuada para os professores e o investimento em TDIC de qualidade para a escola pública, não é possível aceitar que, de forma aligeirada, um sistema de educação presencial seja substituído por um sistema de EaD. A clareza do contexto situacional das escolas permite a afirmação de que o sistema educacional público no Brasil já é precarizado e com um modelo de EaD improvisado isso somente acirra as desigualdades de acesso e aprendizagem dos filhos da classe trabalhadora.

Sob o discurso de democratização, universalização do conhecimento, a EaD vem ganhando espaço, primeiro na formação inicial e continuada dos professores, e recentemente na formação dos alunos da educação básica, tanto que está sendo legalmente proposto no Novo Ensino Médio que até 30% da carga horária possa ser cumprida a distância.

O que estamos vivenciando é o desmonte da educação, em especial das escolas públicas que atendem a classe trabalhadora. Em nome do capital ignora-se que:

[...] pela sua própria natureza, a educação não pode não ser presencial. Com efeito, como uma atividade da ordem da produção não material – na modalidade em que o produto é inseparável do ato de produção –, a educação se constitui necessariamente como uma relação interpessoal, implicando, portanto, a presença simultânea dos dois agentes da atividade educativa: o professor com seus alunos (GALVÃO; SAVIANI, 2021, p. 39).

Desviar a educação da sua própria natureza é o plano da classe dominante para manter a classe trabalhadora alienada, assim atacar os professores e limitar o acesso ao conhecimento é uma das estratégias desse plano, pois professores e alunos com uma formação sólida, crítica e reflexiva são uma ameaça para a hegemonia do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que a pandemia acarretou em mudanças drásticas nas formas de trabalho como um todo. Nas escolas o ensino remoto – fruto da pandemia – trouxe à tona a precarização dos sistemas de ensino e a falta de acesso e domínio das tecnologias digitais, que resultou na exclusão de alunos e na exaustão física e mental dos docentes, ambos marginalizados frente a um sistema que valoriza as tecnologias em detrimento do ser humano.

O ensino remoto veio a calhar com os interesses burgueses de mercantilizar e impor à educação a ótica de organização empresarial, acelerando a prática de um projeto neoliberal que encontrou na vulnerabilidade do momento a justificativa perfeita para tal. A rede pública estadual de ensino do Paraná está à frente na implantação desse projeto, nas palavras do próprio secretário de educação a “modernização aplicada já fazia

parte dos planos da secretaria a longo prazo. A pandemia, no entanto, nos fez agilizar o processo para atendermos nossos alunos e não deixarmos ninguém sem aula neste período” (FEDER, 2020).

Por meio desse discurso falacioso, que reflete também as posturas de outros governos, além do paranaense, a toque de caixa foram realizadas parcerias privadas para que a modernização chegasse às escolas, contudo ignorou-se que as tecnologias não fazem milagres, não basta existir um aplicativo, uma sala de aula online ou um canal de TV para que o processo ensino-aprendizagem aconteça, antes é preciso que as pessoas tenham recursos adequados e conhecimentos para acessar essas tecnologias.

Então a quem serviu essa modernização? Encerrar com este questionamento é uma forma de provocar inquietações que conduzam os leitores à novas reflexões que nos permitam compreender as contradições em que estamos inseridos.

REFERÊNCIAS

FEDER, Renato. **Com o uso intenso da tecnologia, Paraná se tornou referência em modernidade na Educação.** Disponível em: <<https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Com-uso-intenso-da-tecnologia-Parana-se-tornou-referencia-em-modernidade-na-Educacao#>>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

GALINDO, R. Governo Ratinho já pagou R\$ 8,1 milhões à RIC por aulas na tevê. **Jornal Plural Curitiba**, Curitiba, 31 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/colunas/caixa-zero/governo-ratinho-ja-pagou-r-81-milhoes-a-ric-por-aulas-na-teve/>>. Acesso em: 03 de maio de 2022.

GALVÃO, Ana Carolina; SAVIANI, Dermeval. Educação na pandemia: a falácia do ensino remoto. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 67, p. 36-49, jan. 2021. Disponível em: <https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3e-a4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

MALANCHEN, Julia. Oportunismo do capital e a precarização da educação pública via EaD: análise a partir da pedagogia histórico-crítica. **Revista Pedagogia Cotidiano Resignificado**, vol. 1, nº 04, p. 15-34, jul. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, Amanda Moreira. Da uberização à youtuberização. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, vol. 5, nº 09, p. 587-610, jul-dez/2020.

